

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE ANTONIO GRAMSCI

Jefferson Carriello do Carmo¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é tecer considerações históricas sobre a construção do conceito de hegemonia em Antonio Gramsci e verificar como este filósofo reinterpreta e contextualiza tal conceito à luz do desenvolvimento social e político, na Itália após a Primeira Guerra Mundial e como indica a mobilização denominada contra-hegemônica, cujo cerne encontra-se na proposta de conflagração da classe operária.

PALAVRAS-CHAVE: Itália-História; política; fascismo; economia; Estado; classe operária.

ABSTRACT: The article's objective is to make historical considerations about the construction of the concept of hegemony in Antonio Gramsci and check how this philosopher sees and contextualizes this concept in the light of the social and political development, in Italy, after the 1st. World War, and how he indicates the mobilization called anti-hegemonic, which kernel is found in the striking proposal of the labor class.

KEY-WORDS: History of Italy; politic; fascism; economic; State; labor class.

Muitos foram os temas que perpassaram o pensamento de Antonio Gramsci. A concepção de hegemonia assumiu indiscutivelmente, nas suas formulações teóricas, relevância mais explícita desde a sua juventude na fundação do PCI (Partido Comunista Italiano) e como líder do comunismo italiano. Tais formulações foram marcadas com o objetivo de buscar a vitória da classe operária contra a classe burguesa, cujo ponto de junção era formado pela sociedade capitalista e a Revolução Russa de 1917. Tal intenção atrelava-se ao esforço de reinterpretar e contextualizar o

¹ Dr. em Ciências sociais pelo IFCH/Unicamp. Prof. da Universidade de Sorocaba. e-mail: jefferson.carmo@uniso.br.

desenvolvimento social e político ocorrido nesse período, especialmente no que diz respeito à estratégia das instituições culturais e às bases subjetivas da mobilização revolucionária. Essa preocupação foi a maior contribuição de sua obra política produzida no calor da práxis revolucionária: da ascensão à liderança do Partido Comunista Italiano até à prisão, por ordem de Mussolini, em 1926.

Os esforços das suas formulações políticas estão presentes na leitura interpretativa e na sua ação revolucionária. Desses aspectos diferenciadores da sua práxis, apontamos dois, por julgá-los pertinentes a seu pensamento político.

O primeiro é a leitura que o filósofo sardo faz de Marx, na qual reafirma a dialética sujeito-objeto subjacente a sua teoria da práxis. Gramsci estava sensibilizado pela dimensão subjetiva da ação social implicada pelas categorias marxianas e, portanto, não se sentia tentado a reduzir a sua análise do capitalismo exclusivamente à economia política.

O segundo aspecto diz respeito ao esforço de compreender a natureza da ordem social como hegemonia cultural, isto é, como sistema de poder baseado não só na coerção como também no consentimento voluntário das classes dominadas e subalternas. Tal compreensão possibilitou apontar algumas questões de natureza social e possibilidades de transformação. Se os indivíduos possuem crenças que reforçam a própria natureza social que os oprime, então essas não desaparecerão de forma automática quando surgirem as condições objetivas para a transformação revolucionária.

Essa leitura aponta para um elemento fundamental da sua estratégia revolucionária, a luta cultural (e, no sentido mais lato, educacional), que deveria ser anterior à emergência de uma crise revolucionária. Em outras palavras, a revolução não era apenas uma questão de conquistar o Estado porque as instituições da sociedade civil favoreciam a formação dos sujeitos sociais. Nesse conjunto de reflexão, esclarece Cerroni (1978), seu interesse é tomado pelos problemas da história da Itália não só da história política como das histórias do intelectual, da cultura e da moral. Tal empenho é perpassado por uma visão crítica dos processos sociais, cujo método é o da análise dialética do materialismo histórico, que parte do real em suas “múltiplas determinações”.

Para Marek (1975, p.11-18), através desse caminho, Gramsci examina a realidade italiana sob a ótica do conjunto das relações que envolvem antagonismos e contradições apreendidos a partir de um ponto de vista crítico, levando em conta a dialética da historicidade do social, que se funda na perspectiva da totalidade.

Tal preocupação de análise, em Gramsci, dá-se pelo fato de estar presenciando a inserção dos indivíduos no espaço social por meio de ações multidimensionais, descontínuas e fragmentadas por uma “nova” lógica que presidia a Itália após o Grande Conflito. Nesse caminho, verificou a proliferação de teorias que reforçavam a alienação e a reificação do homem, cuja consequência provocava o deslocamento dos modos de representação entre o social e o político. Nessa reflexão sobre o social e o político, Gramsci parte do princípio da totalidade, sendo que essas duas esferas não estão desvinculadas do fator econômico, mas vinculadas pela categoria da infra-estrutura e superestrutura.

É relevante destacar que Gramsci não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Nesse sentido,

o que explica as questões políticas e econômicas é o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos. Esse caminho interpretativo da política e da economia viabiliza a sua crítica ontológica de outras esferas do ser social, não a estritamente econômica; sua proposta de caráter revolucionário presente desde a sua juventude até o Gramsci do cárcere, está fortemente impregnada pela preocupação com a construção de um novo projeto civilizatório, de uma nova civilização capaz de vencer os desafios da modernidade e de construir uma democracia “de baixo para cima”: uma democracia econômica, política e social.

Essa construção tem como cenário as transformações sociais, econômicas e políticas na Itália entre os séculos XIX e XX, que demarca o seu campo de análise cujo cerne é o modelo de sociedade desigual que emerge após a unificação italiana, marcada pela política de modernização conservadora assumida pelo Estado.

Em sua *Análise dos aspectos teóricos e práticos do ‘economicismo’*, Gramsci (2002, p.36-55) verifica a inserção da Itália na era do capitalismo e sua participação no circuito da economia liberal europeia quando indica a unificação das elites econômicas que assimilam as novas exigências do mercado internacional, o que não ocorre sem privilégios e concessões do Estado. Nessa nova situação há reflexos que atingiram o plano social e político. A ideologia que perdura, nesse contexto é a das relações entre o Estado e a classe burguesa, o poder estatal defendeu de maneira brutal o capital financeiro. (Poulantzas, 1978).

No estudo da sociedade capitalista, Gramsci percebe um Estado maduro que se ampliou criando uma complexidade de poder, o que viabiliza uma nova categoria de análise da “sociedade civil”, tornando mais complexas as formas de estruturação das classes sociais e sua relação com a política, visando à construção de uma nova sociedade que passaria, necessariamente, pela construção de uma nova hegemonia, cuja estruturação não passaria somente pelo campo econômico, mas pela estrutura da sociedade fortemente determinada por idéias e valores culturais. (Cerroni, 1978). Essa sociedade, do ponto de vista da sua totalidade, concentra-se numa dialética, na qual podem ser encontradas outras categorias tais como: a cultura, a economia, a história, a ideologia, o senso comum, o Estado, a sociedade civil, a revolução e outras que passam a ser essenciais para compreendermos o seu pensamento revolucionário.² Todavia, é através do processo de construção da sociedade italiana após o Primeiro Grande Conflito num contexto de práxis que Gramsci tendo como referência a crise italiana ligada a criação do Partido Comunista Italiano e à ascensão do fascismo irá apontar para uma ação contra-hegemonia.

Da crise italiana a criação do partido comunista e o advento do fascismo

Para Coutinho (1999, p.43-74), a análise sobre a *fundação do PCI ao enfrentando com o fascismo*, sob a ótica do método dialético histórico, Gramsci “vê o movimento social como um campo de alternativas como luta de tendências cujo desenlace não está assegurado por nenhum “determinismo econômico” de sentido unívoco, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas”

² Para a compreensão de algumas dessas categorias citadas ver: MUSITELLI, Marina Paladini. **Introduzione a Gramsci**. Roma: Laterza, 1996.

(ibid. p.23). Tal constatação possibilita entender o fenômeno fascista como uma política repressiva na forma de governar, que impossibilita as manifestações políticas emergentes e oriundas da crise italiana, e fecha a retomada do desenvolvimento econômico nacional. Para Gramsci, como também para os comunistas, a crise italiana estava atrelada à ruína da classe média e ao surgimento do fascismo, mas isso deve ser compreendido em toda a sua extensão. Como esclarece o próprio filósofo sardo:

Por que, na Itália, a crise das classes médias teve consequências mais radicais que nos outros países e fez nascer e levou ao poder de Estado o fascismo? Porque entre nós, dado o escasso desenvolvimento da indústria e dado o caráter regional dessa indústria, não somente a pequena burguesia é muito numerosa, mas é também a única classe territorialmente nacional: a crise capitalista assumira nos anos do pós-guerra também a forma aguda de uma desagregação do Estado unitário e, por conseguinte, favorecera o renascimento de uma ideologia confusadamente patriótica; e não havia outra solução, além da fascista depois de, em 1920, a classe operária ter fracassado em sua tarefa de criar, com seus próprios meios, um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana. (Gramsci, 1987, p.94)

Gramsci (1987, p.95-96), ao comentar tal crise, acrescenta que esta não é estancada com o regime fascista; pelo contrário, houve a diminuição da existência do povo italiano e dos aparelhos produtivos.

A crise geral do sistema capitalista, portanto, não foi estancada pelo regime fascista. Em regime fascista, as possibilidades de existência do povo italiano diminuíram. Verificou-se uma diminuição do aparelho produtivo precisamente no momento em que aumentava a pressão demográfica por causa das dificuldades da imigração transoceânica. O aparelho industrial diminuído pôde se salvar da completa desagregação somente por causa do rebaixamento do nível de vida da classe operária, acossada pela diminuição dos salários, pelo aumento da jornada de trabalho, pela carestia: isso determinou uma emigração de operários qualificados, ou seja, um empobrecimento das forças produtivas humanas, que eram uma das maiores riquezas nacionais. As classes médias, que haviam depositado todas as suas esperanças no regime fascista, foram arrastadas pela crise geral, ou melhor, tornaram-se precisamente elas a expressão da crise capitalista neste período.

Diante dessa total desorganização sócio-econômica deflagrada pela crise pós-conflito, o Partido Comunista Italiano (PCI) tem por fim a sua reformulação à luz da situação que estava mergulhada a Itália. A preocupação fundamental do partido era com a própria transformação e sintonizá-lo com a classe operária e com o partido bolchevique, isto porque, no âmbito do partido comunista, ocorria uma luta entre correntes³ que se desviavam da prática de luta operária. Na Itália, o dever de criar um partido bolchevique só assume sua real importância quando se têm presentes os reveses pelos quais passou

³ Para a verificação dessas correntes consultar: Coutinho, Carlos Nelson. op. cit. p. 43-63.

o movimento operário desde o seu início e as deficiências profundas que vem revelando. (Gramsci, 1971, p. 488) (tradução nossa).

Esta preocupação volta-se para o nascimento do movimento da classe operária, que em cada país assume características diferentes provenientes da formação sócio-econômica. O Partido Comunista Italiano desde o *Congresso de Genova*, em 1892 reconhece, no movimento dos operários dos anarquistas dos socialistas a heterogeneidade social de cada movimento e a unidade em relação à revolta contra o capitalismo. (ibid, p.489)

Aponta Gramsci que desde este Congresso, fluem duas correntes dominantes. Os intelectuais que não representam mais a tendência da reforma democrática do Estado, que aspiram organizar as forças proletárias com objetivo de instauração da democracia. E um grupo mais ligado com o movimento proletário que não tinham nenhuma consistência teórica eram operários incapazes de dar fisionomia marxista para o partido proletário..

Tal constatação na compreensão de Gramsci (p.490) está associada a estrutura social italiana que é regida pelo capitalismo e pelo seu desenvolvimento e que na Itália a única revolução possível é a socialista. Porém, a tarefa revolucionária depende do grau de desenvolvimento do capitalismo e da estrutura social que lhe corresponde, na Itália.

Essa compreensão do filósofo permite indicar que após o Grande Conflito instá-la se na Itália um período de crise. A industrialização, que é a base do capitalismo, é fraca o seu desenvolvimento é limitado pela situação geográfica, por falta de matéria-prima e pela agricultura, que é à base da economia nacional. Na estrutura social italiana há, também, a pequena burguesia urbana, que se coloca entre as classes industriais e agrárias. Esta pequena burguesia é ampla e importante, pois é composta de artesãos, profissionais liberais e funcionários do Estado.

Verifica que a fraqueza do capitalismo obriga a classe industrial a recorrer às manobras para garantir e controlar a economia do país. Estas manobras são basicamente os acordos econômicos entre os industriais e as classes rurais de cunho político que revelam que não há rivalidade entre ambas as classes, e cuja conseqüência é a acumulação das riquezas nas mãos dos grandes industriais, causando a espoliação sistemática de classes sociais inteiras de várias regiões do país.

Nessa relação entre a indústria e a agricultura, verifica, que a base essencial da vida econômica do país determina a política italiana, nos territórios, do Norte e do Sul. No Norte a grande indústria tem o papel das metrópoles capitalista. No Sul os proprietários rurais e a média burguesia meridional aliam-se para manter dependente a massa do povo trabalhador.

Gramsci via nisto a relevância do proletariado italiano comparando com outros países. Na escassez da matéria-prima as indústrias davam o devido valor à mão-de-obra especializada. Essa valorização, juntamente, com os conflitos de interesses enfraqueciam as classes dirigentes evidenciando os proletariados como elemento unificador e coordenador da sociedade.

Analisa, também, que o déficit da balança econômica e a estagnação do desenvolvimento econômico da região do Mezzogiorno opunham-se à criação de uma economia adaptada à estrutura e aos recursos do país aumentando a miséria da população crescente vindo a existir uma corrente

migratória permanente causando efeitos negativos no plano demográfico. A classe dirigente tinha por objetivo aluir a massa trabalhadora impedido-a de realizar um programa político, ou seja, de construir um Estado proletário. A política de compromissos entre grupos diferentes mostra a incapacidade da burguesia em dirigir a sociedade criando obstáculos para o desenvolvimento da economia do país. Isto possibilita novos confrontos e reações da maioria da população, e torna necessário aumentar a opressão sobre a massa que tenta cada vez mais a desarticulação do Estado.

No entender de Gramsci, a classe industrial não consegue controlar toda a economia, não consegue organizar, sozinha, o conjunto da sociedade e o Estado. Assim, a construção do Estado só será possível através da compreensão da política internacional desde o Ressurgimento italiano.⁴

Tendo como referencial o exame do Ressurgimento⁵, Gramsci verifica que o primeiro período do Estado italiano, que corresponde aos anos de 1870-1890, é composto por duas camadas de classe dirigente, os intelectuais burgueses e os capitalistas. Estes têm acordos e propósitos de manter a unidade política, mas a unidade não está presente em relação ao Estado (Gramsci, 1971).

O filósofo sardo entende que, neste período, a fraqueza do Estado está fora dele, está no Vaticano, que agrupa em torno de si um bloco reacionário e antiestatal formado pelos proprietários rurais e pela grande massa dos camponeses atrasados, e controlados por proprietários ricos e pelos padres. A estratégia do Vaticano passa por duas vertentes: lutar contra o Estado burguês unitário “liberal” e formar com os camponeses um exercito de reserva contra o avanço do proletariado socialista. Mas, há uma contra ofensiva ao Vaticano através de uma legislação que tem como conteúdo objetivo ser anticlericais. (p.493).

Já no período entre 1890 e 1900, a burguesia introduz medida de caráter político que visa determinar o futuro da história italiana. A primeira medida é resolver as contradições entre a burguesia intelectual e os industriais apontando para a “unidade italiana”. Isto ocorre com a chegada de Crispi⁶ ao poder, que através da *tríplice aliança* visa conquistar uma segurança que permite fazer tentativas de mercado, no campo da concorrência internacional, para conquistar os mercados colonizados. (p.493)

Com esta aliança entre burguesia intelectual e os industriais há um corte da força política do Vaticano que vê a necessidade de rever seu programa político de combate contra o Estado burguês e do proletariado socialista através encíclica *Rerum Novarum*.⁷

⁴ Para compreensão ampla na perspectiva histórica e política do Ressurgimento consultar: Salvatorelli, Luigi. *Sommario della storia d'Italia*. Roma: Riuniti, 1974, p. 412- 466.

⁵ Para estudo mais amplo sobre os aspectos culturais, sociais e políticos do Ressurgimento ver: Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5; BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁶ Francisco Crispi (1819- 1901), estadista italiano Da tríplice Aliança. Para ver os efeitos da tríplice Aliança na sociedade Italiana consultar: Salvatorelli, Luigi. *Sommario della storia d'Italia*, op. cit. p. 481-484.

⁷ Esta encíclica de Leão XIII, datada em 15 de maio de 1891 é o primeiro documento de um Papa expressando sobre todos os problemas sociais, isto é, sistema econômico-social, Estado, distribuição das riquezas, desenvolvimento de associações entre patrões e operários e só de operários, porém, todas essas questões tendo como iniciativa a Igreja católica. Para dados mais específicos sobre este documento ver: La “Rerum Novarum” di Leone XIII (1891). In: Bresso, Cereja; Gariglio. *Política e instituições in Italia Dall’unita al fascismo*. Torino: IL Segnalibro, 1989, p. 46-49; Jemolo, Arturo Carlo. *Chiesa e stato in Itália*. Torino: Giulio Einaudi, 1977, p. 47-79.

Porém, no entender de Gramsci, esta aliança entre a burguesia intelectual e os industriais e a reação do Vaticano contra os socialistas proporciona os primeiros progressos contrários do movimento operário, no que tange, à política burguesa, com os *fasci siciliano*. (Gramsci, 1971).

Com esta contra ofensiva burguesa adotou-se medidas para sufocar e deter o avanço do proletariado. Os métodos foram aparentemente “democráticos”: utilizou-se a corrupção política da parte mais avançada da população trabalhadora, a aristocracia operária, tendo em vista sufocar as insurreições populares contra o Estado.

Nos anos posteriores entre 1900 e 1915, há uma concentração entre indústria e agricultura, quando crescem mais 50% as categorias ligadas por contrato, entre os meeiros e arrendatários. Esta concentração mobiliza uma contra ofensiva do Vaticano, impulsionado, por movimentos de campo que pedem uma nova tomada de posição obrigando o Vaticano a fundar a “Ação Católica”, juntamente com um movimento “social” que tem características de uma “moderna” reforma religiosa. (p.494).

Após o Grande Conflito, a indústria italiana conhece sua fase de maior concentração econômica.⁸ Neste período, o movimento operário alcança sua maior capacitação de organização política, isto corresponde ao grau mais elevado de desagregação das classes dirigentes e do Estado. Esta organização causa contradições na estrutura social italiana despertando nas massas uma participação na vida política provocada pela guerra.⁹ O avanço dos operários industriais e juntamente com o do campo é caracterizado por grandes agitações das massas camponesas, do Mezzogiorno, como de outras regiões. As greves, as ocupações das fábricas e as ocupações das terras acontecem simultaneamente, com isto, crescem as forças reacionárias. É criado o partido Popular ao lado da Ação Católica.¹⁰ O objetivo deste partido é integrar as massas camponesas ao Estado burguês, assim, satisfazendo, aparentemente, as aspirações da recuperação da economia e da democracia política.

Mas as investidas das classes dirigentes e de outros movimentos contrários proporcionam a derrota do movimento operário e a vitória do fascismo (p.493). A vitória do fascismo, em 1922, na análise de Gramsci, e de outros historiadores tem sua procedência, na formação e desenvolvimento na Grande Guerra e na crise do Estado.

⁸ “A produção de Turim está, vista de fora, perfeitamente centralizada e homogeneizada. A indústria metalúrgica com cerca de cinquenta mil operários dez mil empregados e técnicos ocupa o primeiro lugar. Só nas oficinas da Fiat trabalham trinta e cinco mil operários, empregados e técnicos, e, nas oficinas principais desta fábrica estão empregados dezesseis mil operários, que constroem automóveis de qualquer tipo com os sistemas mais modernos e aperfeiçoados”. Gramsci, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 248.

⁹ “Os metalúrgicos formam a vanguarda do proletariado turinês. Dadas as particularidades desta indústria, cada movimento dos seus operários se tornam um movimento geral de massas e assume um caráter político e revolucionário, ainda que no princípio não prosseguísse senão objetivos sindicais”. Gramsci, A. *Obras escolhidas*. op. cit. p. 249.

¹⁰ Sobre as condições dos partidos na Itália ver: Galli, Giorgio. *I partiti politici in Italia*. Torino: UTET, 1998.

O fascismo foi um fenômeno novo surgido, como outros movimentos da história contemporânea, dos conflitos inerentes à moderna sociedade de massa, que se atormenta na busca de uma solução para o problema das massas e do Estado, em uma época de rápidas transformações. A formação do fascismo é um processo que teve origem na particular situação histórica produzida na Itália da Primeira Guerra Mundial. Como nos outros países europeus, na Itália a guerra provocou uma crise profunda na sociedade, nas instituições e na consciência coletiva. Acelerou transformações sociais e políticas que estavam em curso havia tempo, mas introduziu também novos fatores, decisivos para o seu desenvolvimento. (Gentile; Felice, 1988, p. 10).

A formação do fascismo, seu posicionamento, seus métodos, e seu estilo são marcados por uma excessiva vocação ao domínio político absoluto, “que foi subestimada pelos seus adversários e pelas classes dirigentes tradicionais que abriram a Mussolini o caminho do poder com a ilusão de reabsorver o fascismo no Estado liberal”.(ibid, p.30)

Para Gramsci “O método fascista através da sua política da defesa da propriedade privada e do Estado é tradicional e desagregador à política de esquerda” (Gramsci, 1971, p. 495) e causa reações na política e na economia. No âmbito político a unidade orgânica da burguesia não é realizada imediatamente após a conquista do poder há grupos ligados à solução giolittiana, como também, grupos ligados ao *Corriere della Serra*, ao liberalismo e ao Mezzogiorno. (ibid, p.496). Na economia, o Estado fascista tem uma ação oligarquia industrial e agrária, com objetivo de concentrar nas mãos do capitalismo o controle da riqueza do país. Isto provoca um descontentamento na pequena burguesia que, com a ascensão do fascismo, acredita ter chegado o tempo de sua dominação. Mas, as medidas do fascismo concentram e favorecem os industriais. (ibid, p.496)

Conforme Togliatti (1978, p 15-16) suas medidas econômicas reforçam o curso da moeda, controlam o orçamento do Estado, não pagam as dívidas da guerra e favorecem a intervenção do capital anglo-americano na Itália instaurando uma tendência para o “imperialismo”. Insere profundas mudanças na estrutura social italiana e ao mesmo tempo promove reações das massas. A mudança mais grave é o desligamento acentuado e decidido da população do Mezzogiorno e das ilhas, que reagem contra o Estado. (Gramsci, 1971) O fascismo leva ao extremo a exploração da classe operária¹¹, como também,

¹¹ O extremo da repressão do fascismo sobre a classe operária se dá sob dois aspectos: repressão física organizada e a ideológica. “No que concerne a repressão física, suficientemente conhecida, não a dizer, senão talvez isto: enquanto, no caso dos “corpos francos” e dos “guardas brancos”, esta repressão aparece, por assim dizer, no estado nu, ela é, ao longo de todo o processo de fascização, durante o qual o fascismo se organiza em movimento político de massa, comandada pela função ideológica do fascismo. Esta função, de resto, não cessa nunca, mesmo depois da chegada do fascismo ao poder”. Poulantzas, N. *Fascismo e ditadura*. op. cit. p.176-177.

Esta função ideológica, que tem os mesmos objetivos que a repressão, exerce-se por meio do “anticapitalismo” pequeno - burguês da ideologia fascista. Todavia, ela só se torna verdadeiramente eficaz na classe operária ao retomar por sua conta certos “temas” autenticamente ‘proletários’ - o que foi essencialmente, o caso para a ala esquerdizante do fascismo. Este aspecto obreirista da ideologia fascista (que não escapou. Aliás. Às análises da internacional) é muito marcado ao longo de toda o processo de fascização. Este aspecto da ideologia fascista, que persiste de forma vigorosa durante o primeiro período da sua estabilização - em forma que avança o aspecto propriamente “pequeno - burguês”, sob a forma da ideologia corporativista. (ibid, p. 177)

da pequena burguesia¹² e a classe camponesa¹³. Nem mesmo, o Vaticano consegue controlar as massas rurais, pelos padres, pela “Ação Católica”, e nem tão pouco, pelo Partido Popular.

Para Gramsci (1971) a política fascista desagrega o proletariado e confronta-se com a atividade de resistência da vanguarda revolucionária, juntamente com a resistência passiva da grande massa que permanece apegada às suas posições de classe. Apesar da tentativa de dissolver esta camada social através do programa e sindicato fascista acaba tornando-se instrumento direto da opressão reacionária a serviço do Estado. Não consegue frear os movimentos contrários, e surgem novas formas de reações contra a política fascista. Nessa disputa há contra-reação do fascismo, que obriga a sociedade a se curvar sob a pressão da força militar e “de um sistema de opressão que escraviza a população às tarefas mecânicas da produção, sem possibilidade de ter uma vida própria de manifestar uma vontade autônoma e de se organizar pela defesa de seus interesses”. (ibid, p. 497-498)

Resumindo o fascismo assegura a continuidade do sistema, cria-se uma nova lei eleitoral, muda a estrutura administrativa introduz um interventor nas comunas rurais, com vistas, a minar há tentativa de participação das massas na vida política do país e na sua administração. Controla as associações com finalidades de impedir toda e qualquer forma “legal” de organização das massas. A *Confederação do Trabalho* e os sindicatos de classe são retirados do contato com as massas pela nova política sindical fascista. O partido de classe do proletariado é à clandestinidade total, juntamente com o desequilíbrio entre a correlação real das forças sociais e das forças organizadas.

Da hegemonia fascista a contra-hegemonia

Tendo como referência à tradição marxista Gramsci re-elabora o modelo de *estrutura e superestrutura* da teoria das classes sociais e do Estado, na Itália, visa analisar as condições e a possibilidade de uma transformação revolucionária. Nessa re-leitura analisa as condições sociais e políticas da Itália após o Grande Conflito quando elaborou vários conceitos chaves: a hegemonia, a sociedade civil, bloco histórico, revolução passiva e outros.

Conforme Mura (1988, p.78-84) o termo *hegemonia* significa, literalmente, dominação. A forma como é utilizado por Gramsci, constitui uma categoria teórica geral para o entendimento dos processos

¹²A pequena burguesia, tradicional e nova, é, juntamente com o campesinato pobre e médio-pobre, a principal vítima econômica do fascismo. A política do fascismo a favor do grande capital atinge, de forma radical, o pequeno comércio e a pequena produção. A política fascista em relação aos salários prejudica, em primeiro lugar, e sobretudo, o poder de compra dos empregados assalariados. (ibid, p. 271)

¹³As correntes e tendências opostas que contrariam o processo de concentração do capital na indústria fazem-se igualmente sentir na agricultura, e a analogia é evidente, (...). mas na agricultura manifestam-se ainda outras tendências que não atuam na indústria. A grande propriedade agrária concilia-se muito bem com a persistência de um setor de pequena exploração permite a manutenção dos preços agrícolas ao nível; porque, face ao despovoamento do campo com o capitalismo, a pequena exploração fixa os camponeses a terra, fornecendo assim uma força de trabalho aos grandes proprietários; porque, devido à natureza do solo, a pequena exploração contígua à grande propriedade nem sempre é a necessária para “arredondar” e aumentar a grande exploração, etc. (ibid, p. 301).

daquilo que hoje se chamaria de reprodução cultural. De acordo com o filósofo sardo o poder de uma classe sobre outra, era sustentado por duas formas de controle: a da força com base política na “coerção” e a do “consentimento”. Em outros termos isto sugere também que a relação entre a classe dominante e a classe subordinada há sempre uma dimensão pedagógica ou educacional de importância variável.(Gramsci, 1978) Enquanto que a força política se concentra no Estado, a dominação ideológica está associada às instituições da “sociedade civil”. (Semeraro, 1999).

Embora o conceito de sociedade civil estivesse ainda associado à economia e a outras instituições não-estatais para Gramsci era algo muito próximo das superestruturas ideológicas: a educação, a religião, as comunicações de massa, a família e outras. Já para Morrow e Torres, (1977) em Gramsci há uma estratégia fundamental, cuja finalidade de ação direta da classe operária, que por si só não podia criar as novas condições necessárias para o estabelecimento de uma nova forma de dominação através de uma *guerra de movimentos*, de uma transição revolucionária, que exigia uma *guerra de posição* na qual a luta de classes pudesse preparar o caminho para uma hegemonia proletária final:

Todas as revoluções foram precedidas de um intenso trabalho de crítica, de difusão da cultura e das idéias no seio das massas de homens que, a princípio, resistem e não pensam em nada mais que na solução dos seus problemas econômicos e políticos imediatos em benefício de si próprios, não demonstrando possuir laços de solidariedade com outros que se encontram na mesma condição. (Apud. *ibid.*, p. 233)

O caminho percorrido por Gramsci, para o exercício contra-hegemônico inicia-se pela conceituação do termo Revolução Passiva, cuja finalidade foi a interpretação da história italiana, no que se refere a formação e as representações políticas do moderno Estado-Nação, com vistas, a apreender as suas mutações. Tal preocupação foi norteadada por dois significados: o primeiro a busca da compreensão dos elementos estruturais que compõe as representações sociais desse estado; segundo, explorar e atualizar o seu *Sitz im Leben* marcado pela face cada vez mais excludente do capitalismo contemporâneo.

Nos *Cadernos do cárcere*, verifica-se que a Revolução passiva expressa um programa de ação política das classes dominante, que é alvo de crítica de Gramsci, mas que constitui uma referência fundamental de investigação da realidade unificada histórica e politicamente.

A teoria da revolução passiva construída sobre o material histórico do *Ressurgimento* italiano e posteriormente adensada para a análise denúncia e advertência histórica dos processos contra-revolucionários que culminaram com o advento do Estado fascista na Itália e da via norte-americana para o capitalismo monopolista: busca, afinando o instrumental crítico-analítico, desenvolver (a partir de uma relação dialética, antimecanicista, portanto, envolvendo estrutura e superestruturas). (Braga, 1996, p. 196-197)

A estratégia utilizada, pela classe dominante era restauracionista, cuja via foi o reformismo econômico e político com a finalidade, contra revolucionária, cuja cooperação foi dos velhos interesses das classes dominantes tradicionais através da sufocação da experiência estatal das massas. A estratégia é referenciada, por Gramsci nos *Cadernos*, através de dois grandes processos revolucionários que, segundo a análise fundaram os "critérios de classicidade" da intervenção ativa das massas no terreno da história: a Revolução Jacobina e a Revolução Bolchevique. Tal referência, por outro lado, são utilizadas na construção de sua crítica radical à contra-revolução.

Tais critérios podem ser vistos na estratégia gramsciana de denúncia, das teses restauracionista expressada através do reformismo econômico e político da burguesia contra-revolucionária traduzida, por Gramsci, em forma histórica pela Revolução passiva, no fascismo como movimento político de reformismo econômico e de estratégia de passivização. Em sua crítica-denúncia aponta que o papel do Estado fascista objetiva organizar as massas através do corporativismo da militarização e da exaltação exasperada da nação. Segundo o próprio Gramsci, haveria sob o fascismo:

Uma Revolução passiva no fato de que, por intermédio e intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento plano de produção, isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (Gramsci, 1999, p. 199)

Para tal conquista, o fascismo, utiliza-se da estratégia ideológica corporativa, com vistas, à possibilidade de transformar reformisticamente a estrutura econômica individualista em programática e pela recomposição das bases políticas para a intervenção popular. (Braga, 1996). A proposta reformista é vista por Gramsci como conservadora "esta ideologia (o fascismo) serviria como elemento de uma guerra de posição no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a revolução passiva é este elemento no campo político" (Gramsci, 1999, p. 300).

No campo político, verificamos que os fundamentos ideológicos do fascismo estão presentes na concepção de Estado de Giovanni Gentile. Em seu livro "*Origens e doutrinas do fascismo*", acenava quais eram as funções do "Estado ético" e suas origens. Especificamente no capítulo "A doutrina do Estado", é que fundamenta a política fascista, que, a seu ver, "gira em torno do conceito do Estado nacional" (Gentile, s.d, p.44). Embora haja pontos de contato entre a doutrina nacionalista e o Estado proposto pelo fascismo, Gentile (p.44-45) aponta para as diferenças entre ambos.

Ambas as doutrinas colocam o Estado como o fundamento de cada valor e direito dos indivíduos que deste fazem parte. O Estado, para um como para o outro, não é o resultado, mas o princípio. Mas o nacionalismo inverte a relação posta entre Estado e indivíduo pelo liberalismo individualista e pelo próprio socialismo; e, concebido o Estado como um princípio, compreende o indivíduo como um resultado, que tem no Estado o

seu antecedente que o limita e o determina, suprimindo-lhe a liberdade, ou condenando-o sobre um terreno, no qual ele nasce, deve viver e deve morrer. Para o fascismo, ao contrário, Estado e indivíduo são o mesmo, ou melhor, são termos inseparáveis duma síntese necessária.

O texto aponta para uma questão de extrema relevância, no que é pertinente à relação entre Estado e indivíduos: compreendida tal relação como uma síntese, na qual o Estado é o momento superior e a fonte da moralidade e da ação de cada um, Gentile reconhecia na política estatal fascista a realização do Estado ético, à medida que nessa política nada existia e tinha valor fora do Estado, negando assim a independência do indivíduo, base da concepção política liberal. Ao comentar Gentile esclarece Tannenbaum:

O fascismo reafirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo (...) para o fascismo tudo se encontra no Estado, e nada de humano e espiritual existe, e muito menos tem valor fora do Estado. Com este sentimento, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, que é a síntese e unidade de todos os valores, interpreta, desenvolve e desvela a potencialidade completa da vida e do povo em sua totalidade. Assim o Estado fascista é um Estado ético porque só ele cria possíveis realizações dos autênticos valores humanos. À nação como Estado é uma realidade ética que existe e vive em enquanto que se desenvolve. (Tannenbaum, 1975, p. 109)

Gentile encontrava no Estado a única alternativa e solução para as contradições do Estado contemporâneo. Sua filosofia política se desdobra em um programa que visava apontar para as exigências de um Estado que não se contraponha aos indivíduos, mas que os integre em si acima de todos os interesses individuais e grupais. Nessa integração a liberdade era considerada do ponto de vista da inserção do indivíduo no Estado, ou melhor, onde o indivíduo se integrasse voluntariamente no Estado. Esta concepção era, também, é a de Mussolini, citado por Schilling:

O Estado, como o fascismo o encara e concretiza, é uma realidade espiritual e ética, pois incorpora a organização política, jurídica e econômica, e esta organização é, em seu nascimento e desenvolvimento, uma expressão do espírito. O Estado é fiador da segurança interna e externa, mas é também guardião e portador do espírito do povo, do modo em que se formou no curso dos séculos na língua, nos costumes e na crença. [...]. É o Estado que, a partir da curta duração da vida individual, exprime a consciência imanente da Nação. É o Estado que incute nos cidadãos as virtudes cívicas, que lhes dá a consciência de sua missão, que os conduz à unidade. Equilibra os seus interesses na justiça. Transmite as conquistas obtidas nas artes, no direito, na comunidade humana. Eleva o homem até a mais alta expressão humana do poder. Transmite aos séculos os nomes daqueles que morreram por sua integridade ou por suas leis. Mostra como exemplo e indica como modelo para as próximas gerações os comandantes que o engrandeceram e os gênios que fizeram brilhar a sua glória. (Schilling, 1996, p. 353).

Assim, o centro do pensamento político de Gentile era a liberdade do indivíduo e da comunidade na força e na vontade soberana do Estado. Conseqüentemente, a relação social suprema estava inteiramente fora do indivíduo, exaltada na encarnação numa hierarquia humana, que se tornava portadora dos valores éticos, curiosamente mesmo quando atua pela coerção. É esta autoridade “espiritual”, exercida com toda forma de “persuasão”, ou seja, pelo “sermão” ou pelo “cacete”, que liderará iniciativas contra “particulares” e organizações “parciais”, objetivando o “restabelecimento” da sociedade em crise e a união “orgânica” entre o indivíduo e o Estado.

Esta preocupação em obter o consenso também pela força era também a finalidade de Mussolini, como pode ser constatado em sua declaração de 1923, na qual afirma que queria governar, se fosse possível com o maior consenso e cuidado. Porém, esperava que esse consenso se formasse, se alimentasse e se fortalecesse, com o maior acúmulo de forças disponíveis, podendo suceder, por ventura, que a força pudesse encontrar o consenso, e em todo caso, se faltasse o consenso, estaria a força. (Mussolini, s/d.).

Gentile (1934, p.48-49) diz que: “o *Estado fascista como democrático*” é uma criação espiritual, que se realiza no espírito e não é um pressuposto.

Ao realizar-se no espírito é “democrático” porque atua na consciência e na vontade do indivíduo e não é uma força que se impõe do alto. Enfatiza, ainda, que o Estado “democrático” é “popular”, já que ele se forma e existe em todos os indivíduos, e, portanto, sua formação está e atua na consciência da massa. Essa atuação, no fascismo, está presente em todas as suas instituições de propaganda, na educação e na “força”, que apontam para o ideário político e moral colocado em relevo pelo Duce, expressando o pensamento e o desejo da massa.

Este Estado democrático emerge da inovadora reforma social que envolve todo o povo, instituindo o regime sindical corporativo, visando substituir o velho Estado liberal, que é baseado na exclusão política das massas. (Bresso, 1989). Desta forma, o Estado não só supera os antagonismos que articulam o Estado liberal, mas integra as massas trabalhadoras à vida política e à cultura da nação.

Resumindo, a concepção de Estado fascista passava pela filosofia política, de Gentile, que resultava numa negação da autonomia do indivíduo, tendo por finalidade a exaltação do Estado como fundamento prático do indivíduo, através da fixação de valores morais, políticos, via vários aparatos persuasivos e coercitivos, (dentre esses aparatos está a escola, que fora reformada por Giovanni Gentile) deixando fora qualquer possível antagonismo político. Para esse ideólogo do fascismo o Estado passa a assumir, simultaneamente, o papel de agente da transformação e conservação, na medida em que nenhuma força política ou mesmo uma parte muito forte da classe dominante seria capaz de desempenhar esta tarefa. A máquina de conservação do existente é acionada e o fascismo passa a ser traduzido no melhor instrumento por meio do qual pode se verificar um processo de modernização do aparelho produtivo italiano sem que este provoque movimentos sociais de proporções catastróficas (defesa das camadas médias). Nesse sentido, esclarece Gramsci ao referir-se ao fascismo como revolução passiva:

A evolução passiva (para o caso do Fascismo) se verifica no fato de transformar a estrutura econômica 'reformisticamente' individualista em econômica segundo um plano e o advento de uma 'economia média' (de transição) entre a individualidade pura e segundo um plano no sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais evoluídas sem cataclismas radicais e destruidores de modo exterminador. (apud Braga, 1996, p. 206)

Essa crítica expressa-se em sua construção teórica, que traduzida indica para a iniciativa hegemônica das classes dominantes tradicionais no sentido de responder, passivizar, o desafio histórico da construção do socialismo pelos bolcheviques. Neste sentido, esclarece Braga:

O conceito de revolução passiva assume, nesse quadro, uma dimensão agudamente central, por se tratar de um instrumento fundamental - a um só tempo, analítico e estratégico - da teoria das lutas de classes na contra posição às análises reducionistas e economicistas, que tem balizado o debate sobre a crise capitalista contemporânea e a reestruturação produtiva em curso. (ibid. p.196)

Já nas palavras do próprio Gramsci:

O conceito de Revolução Passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios (da ciência política contidos no *Prefácio de 1859 de Marx*), devem primeiro ser desenvolvidos criticamente em toda a sua magnitude e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser relacionados à descrição dos três momentos fundamentais (da correlação de forças entre, as classes) nos quais se pode distinguir uma situação ou um equilíbrio de forças. (apud. ibid. p.198)

Em resumo podemos dizer que o conceito de Revolução Passiva para Gramsci é a resposta às crises políticas, sociais e econômicas ligadas, também, ao contexto italiano após a Primeira Guerra Mundial e pela derrota do movimento revolucionário nos países imperialistas e a afirmação de uma solução organicamente capitalista para a crise gerada pelos grandes embates entre as classes nas primeiras décadas do século.

Considerações finais

A leitura histórica e política de Gramsci sobre a Itália após o Grande Conflito, na perspectiva da conta-hegemonia caminham para a explicação da noção de hegemonia pensada em sua totalidade, como a unificação da *estrutura* e *superestrutura*, o que equivale dizer: da atividade de produção e de cultura, do particular econômico ao universal político. Essa universalização não é ideológica, mas concreta, porque agrega os interesses particulares, que passam e articulam com os interesses universais. Neste sentido, o grupo social constrói a hegemonia, de um lado, vontade coletiva e, de outro,

o autogoverno; e este último se alcança através de um trabalho que incorpora o singular ao coletivo e que, não deixa os grupos subalternos no nível inferior, mas os eleva, tornando-os mais capazes de dominar as situações, conferindo-lhes uma maior universalidade.

O conceito de hegemonia sob a ótica ético-política inclui a esfera econômica, na qual o grupo dirigente não pode deixar de se fundamentar. Ao dizer de Coutinho, Gramsci ao destacar a esfera ético-política, busca evidenciar, através do pensamento marxiano, as possibilidades que tem o ser social de passar do reino da necessidade ao reino da liberdade, ou seja, “este ser é resultado da articulação de determinismo e liberdade, de causalidade e dever-ser”. (Coutinho, 1999, p. 92-93) Este “dever a ser”, todavia, se apresenta sob a ótica interpretativa da história real em ação, ou seja, uma filosofia da ação estritamente política. Neste sentido, a hegemonia é entendida como síntese da esfera econômica e de consciência crítica, portanto o homem em ação. Nesta concepção o homem age pela tomada de consciência dos conflitos no campo das ideologias, a hegemonia encerra-se, neste sentido, num valor gnosiológico e não em um ato puramente psicológico e moral.

A não tomada de consciência, sob a ótica hegemônica, impossibilita as classes subalternas de se unificarem e de elaborarem um projeto contra-hegemônico. Neste sentido, é que os homens devem ser educados no sentido de elaborar a própria concepção de mundo. A elaboração do exercício da hegemonia significa a retomada da dialética espontaneidade/direção consciente, ou seja, os sentimentos espontâneos das massas, que podem ser educados, purificados, tornados homogêneos de forma real e histórica. A luta hegemônica, nas sociedades capitalistas avançadas trava-se não só ao nível das instâncias econômica e política, mas também na esfera cultural e assume importância decisiva nesse processo, para que estas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas. A luta pela hegemonia objetiva na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas para a construção de um novo projeto social.

A concepção e a análise gramsciana da hegemonia e da contra-hegemonia, nos *Cadernos do cárcere* evidencia, que não é apenas suficiente lutar pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber. Essa extinção possibilitará a criação das condições para superar a distância entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, e abrirá espaços para que o Estado seja reabsorvido pela sociedade civil. Neste sentido esclarece Gruppi (1991, p.3) “que o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. A hegemonia tem também uma função educativa devendo ser não só a forma na qual se afirma a direção, o poder de uma classe, de um bloco social, mas deve ser também o terreno e o instrumento para realizar a superação da subalternidade, para atingir uma nova, mais alta unificação entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos.

Referências

- BADALLONI, Nicola. **Il marxismo di Gramsci**: dal mito all'ricomposizione política. Torino: Einaudi, 1975.
- _____. Il fondamento teorico dello storicismo. In: ROSSI, Pietro. **Gramsci e la cultura contemporanea**. Roma: Riuniti - Istituto Gramsci, 1975. v.2.
- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRESSO, P.; CERREJA, F.; GARIGLIO, B. (Orgs.) **Politica e istituzioni in italia dall'unità al fascismo**. Torino: IL Segnalibro, 1989.
- BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Cia das letras, 1991.
- CERRONI, Umberto. **Lessico gramsciano**. Roma: Riuniti, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GALLI, Giorgio. **I partiti politici in italia**. Torino: UTET, 1998.
- GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: Icone, 1988.
- GENTILE, Giovanni. **Origini e dottrina del fascismo**. 3.ed. Roma, 1934.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1
- _____. **Cadernos do cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.3.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5
- _____. **Concepção dialética da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **La contruzione del partito comunista**. 5.ed. Torino: Giulio Einaudi, 1971.
- _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- JEMOLO, Arturo Carlo. **Chiesa e stato in Itália dalla unificazione al giorni nostri**. Torino: Giulio Einaudi, 1977.
- MAREK, Franz. Gramsci e la concezione marxista della storia. In: ROSSI, Pietro. **Gramsci e la cultura contemporanea**. Roma: Riuniti – Istituto Gramsci, 1975. v.2.
- MORROW, Raymond Allen; TORRES, Carlos Alberto. **Teoria social e educação**: uma critica das teorias da reprodução social e cultural. Porto: Afrontamento, 1997.
- MURA, Virgilio. L'Ídea di política nei Quaderni del Carcere. In: SBARBERI, Franco. (Org.) **Teoria política e societa industriale**: ripensare Gramsci. Torino: Bollatti Boringhieri, 1988
- MUSITELLI, Marina Paladini. **Introduzione a Gramsci**. Roma: Laterza, 1996.
- MUSSOLINI, B. **Scritti e discorsi**. s.d. v. II.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- ROSSI, Pietro (org.) **Gramsci e la cultura contemporanea**. Roma: Riuniti, 1975.
- SALVATORELLI, Luigi. **Sommario della storia d'Itália**. Roma: Riuniti, 1974.
- SBARBERI, Franco. (Org.) **Teoria política e societa industriale**: ripensare Gramsci. Torino: Bollatti Boringhieri, 1988.
- SCHILLING, Kurt. **História das idéias sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- SEMERARO, Giovanni. **Cultura e educação para a democracia**: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- TANNENBAUM, Edward R. **La experiencia fascista: sociedade y cultura en Italia (1922 - 1945)**. Madrid: Alianza, 1975.
- TOGLIATTI, P. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.